

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026/PRESI/PBPREV**

Dispõe sobre a realização do Censo Cadastral Previdenciário dos segurados, dependentes, aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado da Paraíba (RPPS/PB) e dos militares estaduais ativos, da reserva remunerada, reformados, dependentes e pensionistas vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM/PB), que residem fora do Estado da Paraíba

O PRESIDENTE DA PARAÍBA PREVIDÊNCIA - PBPREV, no uso de suas atribuições legais, consoante que lhe confere o artigo 11, incisos I e III da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003, e

CONSIDERANDO a regulamentação trazida pelo Decreto nº 46.472, de 25 de abril de 2025, que instituiu o Censo Previdenciário Cadastral de todos os segurados ativos, aposentados e pensionistas, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS/PB) e dos militares estaduais ativos, da reserva remunerada, reformados e pensionistas vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM/PB);

CONSIDERANDO que o Censo Previdenciário Cadastral é mandatório para todos os servidores ativos, inativos e pensionistas, sejam civis ou militares, vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

CONSIDERANDO que o artigo 18 do Decreto nº 46.472, de 25 de abril de 2025, autorizou o Presidente da PBPrev a expedir atos normativos complementares que, eventualmente, venham a ser necessários para a plena execução deste Decreto;

CONSIDERANDO, a necessidade de atualizar as informações das bases cadastrais, funcionais e financeiros dos, que residam fora do Estado da Paraíba;

CONSIDERANDO, deste modo, a pertinência da edição de Instrução Normativa para o aprimoramento da disciplina do Censo Previdenciário;

**RESOLVE**

**Art. 1º** Estabelecer critérios, disciplinar procedimentos administrativos e regulamentar o Censo Previdenciário dos segurados ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado da Paraíba (RPPS/PB) e aos militares estaduais ativos, da reserva remunerada, reformados, dependentes e pensionistas vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado da Paraíba (SPSM/PB), que residam fora do território

paraibano, aplicando-se as disposições legais vigentes e a disciplina estabelecida nesta Instrução Normativa.

**Art. 2º** O Censo, como regra, é **PRESENCIAL** e de caráter pessoal e intransferível, sendo obrigatoriamente exigido nessa modalidade para o recenseando que se encontre residindo dentro do Estado da Paraíba durante o período de realização do recadastramento.

**Art. 3º** O segurado que estiver residindo em localidade diversa do Estado da Paraíba e não tiver como comparecer a um dos polos do Estado, poderá optar pela realização do recenseamento à distância (on-line), desde que, encaminhe, previamente, do dia 09 de janeiro ao dia 1º de março de 2026, documentação que comprove residir fora do estado.

**§1º** Para os Residentes fora do estado da Paraíba, mas dentro do território nacional, a documentação exigida será:

- a) Declaração de Vida e Residência, cujo modelo será disponibilizado no Anexo Único desta Instrução Normativa, devendo o referido documento ter sua firma reconhecida por autenticidade em cartório.

**§ 2º** Residentes fora do país, terão que apresentar um dos seguintes documentos:

- a) Declaração de Vida, por embaixada ou pelo consulado do Brasil nos respectivos países;
- b) Caso o beneficiário esteja em país estrangeiro signatário da Convenção de Haia, a Declaração de Vida poderá também ser feita e assinada por Tabelião de Notas, devendo, neste caso, o documento ser devidamente apostilado por autoridade competente do Estado estrangeiro no qual o documento foi originado; ou
- c) No caso de Declaração de Vida expedida por Tabelionato de Notas estrangeiro, em idioma diverso da língua portuguesa, esta deverá ser enviada acompanhada da respectiva tradução juramentada, também devidamente apostilada.

**§3º** Em nenhuma hipótese será aceita declaração emitida em prazo superior a 60 (sessenta) dias corridos.

**§4º** A documentação exigida nesse artigo deverá ser encaminhada por meio dos seguintes canais: e-mail [censo.ouvidoria@agendaassessoria.com.br](mailto:censo.ouvidoria@agendaassessoria.com.br) e do telefone (WhatsApp) 0800 800 3400.



§5º Os pedidos realizados após o prazo previsto no caput deste artigo, ensejaram no indeferimento sumário de pedido para realização de recenseamento à distância.

§6º A ausência da prestação das informações obrigatórias, previstas neste artigo e requeridas no ato da inscrição eletrônica, invalidará a realização do recenseamento, sujeitando o recenseado a realizar obrigatoriamente o recenseamento de forma presencial.

**Ar. 4º** Após a comprovação exigida no artigo 3º, o recenseamento à distância (*on-line*) será disponibilizado, entre o dia 12 de janeiro ao dia 06 de março de 2026, por meio do site <https://nuvem.agendacenso.com.br/paraiba>, em aba fornecida exclusivamente para realização dessa modalidade de recenseamento.

§1º A aba será disponibilizada apenas para aqueles que enviaram, previamente, a comprovação de ausência do território paraibano.

§2º É de responsabilidade do segurado, que teve seu pedido de recenseamento à distância deferido, o preenchimento de todas as informações exigidas no formulário de recenseamento.

§3º Também é de responsabilidade daquele que recenseará à distância, o envio, em aba específica, dos documentos previstos no Anexo Único do Decreto nº 46.472, de 25 de abril de 2025, de acordo com a classificação do benefício (ativo, inativo e/ou pensionista).

§4º O segurado estará sujeito a suspensão do pagamento de sua remuneração/proventos caso não preencha completamente ao formulário fornecido, não encaminhe toda documentação exigida ou, caso a documentação encaminhada esteja ilegível.

§5º Todo o processo de recenseamento à distância será auditado, sendo emitido protocolo definitivo após a conclusão desta fase.

**Art. 5º** O servidor público, titular de cargo efetivo, civil ou militar, ativo, aposentado, reformado ou pensionista, que se encontrar recluso, em regime fechado, por todo o período do Censo Cadastral Previdenciário, o recenseamento será promovido dentro da unidade prisional.

§1º Para efetivar o recenseamento nessa modalidade, o representante deverá encaminhar, previamente, do dia 09 de janeiro ao dia 22 de fevereiro de 2026, a documentação a declaração do Diretor do Presídio ou da autoridade competente, bem como, os documentos exigidos no Anexo Único do Decreto nº 46.472, de 25 de abril de 2025.

§2º A documentação exigida nesse artigo deverá ser encaminhada, dentro do prazo, por meio de um dos seguintes canais: e-mail [censo.ouvidoria@agendaassessoria.com.br](mailto:censo.ouvidoria@agendaassessoria.com.br) e do telefone (WhatsApp) 0800 800 3400.

**Art. 6º** Além dos documentos exigidos no Anexo único do Decreto nº 46.472, de 25 de abril de 2025 e no artigo 3º desta Instrução Normativa, Portaria, a Paraíba Previdência poderá solicitar ao servidor outros documentos pertinentes para atualização do cadastro.


**Art. 7º** O recenseado responderá administrativa, civil e penalmente pelas declarações e pela documentação fornecidas e preenchidas de forma on-line, não se responsabilizando a PBPrev pelos prejuízos decorrentes das informações falsas, incorretas, incompletas ou inverídicas.

**Art. 8º** Constatado qualquer indício de irregularidade durante os trabalhos relativos ao Censo Previdenciário, aplicar-se-ão os procedimentos e rotinas referentes às atividades de controle interno na área de benefícios da PBprev, sem prejuízo da suspensão/cancelamento do benefício, bem como, apuração dos fatos que ensejem suspeita de fraude previdenciária.

**Art. 9º** O segurado que não realizar o Censo Previdenciário ou não solicitar atendimento nos casos especiais, dentro do prazo estabelecido nesta Instrução Normativa, incluindo as prorrogações, se houver, terá o pagamento de sua remuneração, proventos ou pensão suspenso até a efetiva regularização.

**Art 10º** Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

João Pessoa, 05 de janeiro de 2026.

  
**José Antonio Coêlho Cavalcanti**  
Presidente da PBPREV

## Anexo Único

**DECLARAÇÃO DE PROVA DE VIDA**

NOME:	
CPF	RG
ESTADO CIVIL:	VÍNCULO: ( ) SERVIDOR ATIVO (CIVIL OU MILITAR) ( ) SERVIDOR INATIVO (CIVIL OU MILITAR) ( ) PENSIONISTA
EMAIL:	TELEFONE:

Declaro para fins do Censo Previdenciário que estou vivo (a) e resido no seguinte endereço:

LOGRADOURO		
NÚMERO:	COMPLEMENTO:	BAIRRO:
MUNICÍPIO:		CEP:

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito(a) às penas da Lei na forma do art.299, do Código Penal<sup>1</sup>.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025  
Local Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura com reconhecimento de firma por autenticidade

<sup>1</sup> Código Penal, art.299-0mitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante: PENA-reclusão de 1 a 5 anos